

Um convite a repensar, via Nietzsche, a importância e a originalidade de Horkheimer como filósofo

Resenha de: Fernandes, Simone. *Subjetividade e dominação. A filosofia de Nietzsche na teoria crítica de Horkheimer nos anos 1930 e 1940*. Santo André: EdUFABC, 2022.

Fernando Costa Mattos

costa.mattos@ufabc.edu.br
(Universidade Federal do ABC, São Paulo, Brasil)

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v28i1p97-104>

Deve ser saudada a publicação de *Subjetividade e dominação. A filosofia de Nietzsche na teoria crítica de Horkheimer nos anos 1930 e 1940*, de Simone B. Fernandes, pela Editora UFABC (EdUFABC). Versão modificada de sua dissertação de mestrado, defendida na USP em 2019, e com prefácio de John Abromeit, o livro ilumina uma faceta pouco conhecida de Max Horkheimer: a sua relação *produtiva e positiva* com o pensamento nietzschiano nas duas décadas referidas no título, com especial destaque para o modo como isso acontece nos textos dos anos 1930, algo a que foi dada pouca atenção por parte de seus intérpretes. E que ajuda a compreender, entre outras coisas, o papel atribuído a Nietzsche na *Dialética do esclarecimento*, desfazendo a ideia, usualmente aceita (já que referendada por ninguém menos que Jürgen Habermas), de que Adorno seria o principal, senão o único responsável pelo recurso ao pensamento nietzschiano nessa célebre obra de 1944 (p. 31).

Bem escrito e claro na exposição, o livro de Simone Fernandes tem uma estrutura básica bastante simples, o que facilita o trabalho do leitor: o primeiro capítulo se dedica aos anos 1930, o segundo aos anos 1940, sendo precedidos pela “Introdução” e seguidos pelas “Considerações finais”, além de um “Apêndice” sobre a tradução de alguns termos de Nietzsche e de Freud. Chama a atenção, no entanto, que as “Considerações finais”, maiores do que costumam sê-lo, proponham-se a

fazer, além do habitual balanço do percurso desenvolvido no texto, também uma reflexão de caráter mais geral sobre a relação da teoria crítica com a filosofia de Nietzsche. Mas isto é algo a que voltaremos adiante.

Começemos por assinalar os objetivos inicialmente traçados pela autora, tal como expostos no segundo parágrafo da “Introdução”. Trata-se, em primeira instância, de compreender o que levou Horkheimer a aproximar-se de Nietzsche nos anos 1930, quais os conceitos que lhe interessaram nessa aproximação e de que modo, na mesma época em que estabelecia as bases da teoria crítica, ele os utilizou para compreender o seu tempo e refletir sobre as possibilidades de emancipação em relação à sociedade burguesa (p. 22). Uma vez estabelecida essa aproximação, Fernandes poderá avançar aos anos 1940 e mostrar como ela não apenas se mantém, mas se aprofunda no contexto do diálogo entre Horkheimer e Adorno que resultaria na elaboração conjunta da *Dialética do esclarecimento* (pp. 101-105). Haverá aqui, naturalmente, mudanças importantes quanto aos conceitos que são trazidos de Nietzsche e o modo de utilizá-los, mas a ênfase da autora estará mais em realçar os elementos de continuidade (tradicionalmente despercebidos ou negligenciados pelos comentadores) e, portanto, o papel de Horkheimer nesse contexto, do que em sublinhar as diferenças ou o já suficientemente estudado (e em geral sobrevalorizado) papel de Adorno na relação entre eles à época.

Seja como for, é certo que o livro resultou da confluência de dois percursos que passaram *ambos* por Nietzsche, causando ambos um considerável desconforto na esquerda de então. Pois é sabido que a matriz teórica de que os autores partiam, a exemplo de seus colegas no Instituto de Pesquisa Social, era o pensamento de Marx, o qual seria, em princípio, claramente incompatível com a filosofia nietzschiana. Daí a necessidade de Fernandes mostrar também, logo de saída, a *ambiguidade* que caracteriza a relação de Horkheimer com essa filosofia: ao mesmo tempo em que ele reconhece nela as marcas do pensamento burguês (como faria a maior parte dos marxistas, com destaque para Lukács), não deixa de perceber também o seu forte elemento crítico e a rica capacidade de análise da subjetividade humana (pp. 3335), dois fatores que, se bem empregados, poderiam contribuir para os propósitos de diagnosticar o presente e identificar, neste, os obstáculos para o avanço da humanidade em direção à emancipação - propósitos que o próprio Horkheimer enunciaria em 1937 como diretrizes fundamentais da teoria crítica (no seu mais conhecido texto dessa década, “Teoria tradicional e teoria crítica”).

Feita essa ressalva quanto à ambiguidade da recepção de Nietzsche, Fernandes pode nos indicar então o principal operador conceitual a guiar a interpretação interessada de Horkheimer: trata-se da noção de “interiorização” (*Verinnerlichung*),

que permitirá compreender mais adequadamente seja o represamento subjetivo dos instintos na sociedade burguesa (tema predominante nos anos 1930), seja a internalização do sacrifício nos primórdios da humanidade, desdobrada historicamente no modo de racionalidade que dominaria o Ocidente (tema dos anos 1940) (p. 25). Ocorre, porém, que esta noção acaba por enredar a nossa autora em um problema delicado, visto brotar, como que simultaneamente, de duas fontes diversas: a filosofia nietzschiana, de um lado, e a psicanálise freudiana, de outro - ambas mobilizadas por Horkheimer (precedido no segundo caso por Erich Fromm, que havia trazido essa chave teórica ao Instituto já nos anos 1920). Não podendo aprofundar-se no pensamento de Freud, ou no modo como ele é mobilizado por Horkheimer (sob o risco de agigantar o seu objeto de estudo), mas tão pouco podendo desconsiderá-lo, Fernandes tem de encontrar a medida certa para trazê-lo a seu texto, discernindo os momentos em que se combina com a filosofia nietzschiana daqueles em que dela se descola (pp. 35-36) - um desafio nada simples que, a nosso ver, ela consegue enfrentar satisfatoriamente.

É assim que, depois de iniciar o primeiro capítulo com um breve e ilustrativo panorama geral dos escritos horkheimerianos da década de 1930, a autora se dirige cautelosamente aos textos em que Nietzsche e Freud aparecem juntos, funcionando como ferramentas para Horkheimer elaborar uma “antropologia da sociedade burguesa” (p. 43). Com isso, inclusive, ela começa a deixar mais claro o motivo deste último para recorrer a eles, mesmo tendo partido anteriormente da matriz marxista: face às mudanças por que passou a sociedade burguesa desde os tempos de Marx, muitas de suas categorias já não servem para explicar os acontecimentos sociais (p. 46). A ideia de que os ideais burgueses abrigavam elementos emancipatórios, por exemplo, ou a explicação de que a emancipação é bloqueada pelos condicionantes econômicos e as manipulações ideológicas, já não permitem entender uma sociedade como a Alemanha nazista, que havia conferido à dominação burguesa um caráter autoritário, incompatível com aqueles ideais, e contando ainda por cima com a adesão *voluntária* ao regime por boa parte dos trabalhadores (conforme verificado por Fromm na primeira pesquisa empírica do Instituto) (pp. 39-41).

Frente a essa nova realidade, Horkheimer passa a perceber em Nietzsche um significativo potencial crítico, seja por, de fato, manifestar aspectos do pensamento burguês em seu pensamento (aparecendo como uma espécie de “sintoma” da época que deve ser levado a sério) (p. 93), seja por oferecer explicações interessantes acerca do caráter submisso das massas (fenômeno que se tornara evidente na Alemanha dos anos 1930) e *críticas* não menos prolíficas a esse comportamento submisso (um elemento, portanto, que poderia ser dito “emancipatório”) (pp. 47-50). Aqui, como

nos mostra Fernandes, tratava-se de encontrar um modo de compreender o indivíduo que não se reduzisse, como em Marx, à sua determinação pelas relações sociais e econômicas (p. 51). Com a capacidade adaptativa demonstrada pelo capitalismo (circunstância apontada por Pollock), era de se questionar a circunscrição da dominação e da alienação a esse modo de produção, tornando-se razoável admitir, por exemplo, a plausibilidade de explicações com outra escala temporal, que remetiam o fenômeno da dominação aos primórdios da humanidade - caso tanto de Nietzsche como de Freud (p. 69).

É o que Simone Fernandes nos mostra ao longo de seu primeiro capítulo. Pelo lado da psicanálise, a interiorização permite compreender melhor o complexo “processo pelo qual certas relações intersubjetivas são transformadas em relações intrassubjetivas”, espelhando no interior da subjetividade a relação entre o pai severo e o filho submisso, conceptualizada por Freud nas tão bem conhecidas figuras do supereu e do eu (pp. 53-55). Pelo lado nietzschiano, trata-se dos instintos de crueldade que, em vez de se exercerem externamente, nas ações do indivíduo, são retidos em seu interior, voltando-se contra ele mesmo ou, se possível, encontrando “canais civilizados” por onde escoar (como no exemplo do juiz “carrasco sublimado”) (pp. 81-89). Tais esquemas, cujas similaridades são notáveis, se fundem na reflexão de Horkheimer, apontando na direção de uma compreensão mais ampla (se comparada àquela de Marx) de como os indivíduos se constituem e se apassivam na sociedade burguesa. Com a importante diferença, contudo, de que, enquanto Freud não reage criticamente a essa posição dos indivíduos, parecendo considerá-la um dado da condição humana, Nietzsche preocupa-se em pensar saídas para ela, ainda que numa chave individual inextensível à sociedade como um todo (aspecto a ser “corrigido” no âmbito da teoria crítica) (p. 88).

Este último ponto é um bom exemplo, aliás, da já mencionada ambiguidade que marca aqui a recepção do pensamento nietzschiano: em que pese a circunscrição da “emancipação” ao indivíduo, decorrente segundo Horkheimer do “déficit histórico de sua filosofia” (que o “impede de perceber a necessidade de uma solução *social* para o niilismo”) (p. 90), a crítica nietzschiana oferece, ainda assim, uma “ferramenta de emancipação” perfeitamente aproveitável pela teoria crítica; ao passo que “a psicopatologia freudiana não desemboca senão em um pessimismo conservador” (p. 88).¹ Quando se dá o contraste, portanto, ele é desfavorável a Freud e favorável a Nietzsche, um balanço surpreendente em se tratando do “pai” da teoria crítica, mas compreensível se pensamos no entusiasmo que a obra nietzschiana transmite a seu leitor quando se rebela contra toda forma de autoridade, quando exalta o

¹ Os trechos entre parênteses são de uma citação que Fernandes traz de Agnès Gayraud

indivíduo soberano, e até mesmo quando nos fala do homem como “uma corda, atada entre o animal e o além-do-homem - uma corda sobre um abismo” (Nietzsche, 1983, p. 227). Ora! Ambiguidades à parte, é bem evidente que Horkheimer foi um leitor entusiasmado de Nietzsche - algo que, naturalmente, Simone Fernandes não afirma, mas deixa escapar nas entrelinhas.

Não só ela, por sinal: como sabe o bom leitor de Nietzsche, sua alma está presente na *Dialética do esclarecimento*, objeto principal do segundo capítulo de *Subjetividade e dominação*. Como aqui, porém, trata-se de demonstrar as linhas de continuidade em relação ao Horkheimer dos anos 1930, apontando assim para a sua substancial parcela de responsabilidade pela presença de Nietzsche na obra (normalmente atribuída a Adorno), Fernandes começa o capítulo analisando alguns textos escritos em torno de 1940 que permitem notar como, no contexto de suas análises da sociedade burguesa sob inspiração nietzschiana, Horkheimer já começava a entrar em temas que são centrais na *Dialética*, a começar pelo novo formato do capitalismo (pp. 99-100).

Beneficiado pelas já mencionadas análises de Pollock, ele enfatiza cada vez mais a perda de importância da economia política de base marxista, e passa a concentrar-se na análise da política e da cultura como fatores determinantes da dominação social, entre eles o planejamento estatal da economia, atravessado pelos interesses das grandes empresas (donde a expressão “capitalismo monopolista”, cunhada por Pollock) (pp. 107-110), a atuação dos chamados *rackets* (entidades com forte poder de cooptação e comando sobre os indivíduos, como máfias e alguns sindicatos da época) (pp. 110-116) e a indústria cultural (fazendo do entretenimento um importante elemento para “a concordância forçada ou apologética ao *status quo* e a desistência do anseio de felicidade para todos)” (p. 118). Nesse quadro, a necessidade de compreender os mecanismos psíquicos envolvidos na constituição da identidade pessoal e da racionalidade que nos permite dominar a natureza (e a nós mesmos) se torna ainda maior e exige novos empréstimos conceituais junto a Freud e Nietzsche, notadamente das obras *Totem e tabu* (p. 135) e *Genealogia da moral* (p. 146).

Como nos mostra Fernandes, tais livros e tais questões já estavam presentes nas discussões de Horkheimer e Adorno que antecederam a elaboração do livro conjunto, no qual, com efeito, “a percepção do caráter ideológico do indivíduo é dirigida para muito além das condições materiais da sociedade burguesa e do conceito de indivíduo que lhe corresponde; é agora voltada para a individuação em sua origem remota” (p. 142). Se pensarmos na resistência que, em princípio, a teoria crítica tinha (e tem até hoje) a certos elementos “universalistas” da psicanálise freudiana e

da filosofia de Nietzsche (ali onde ambas parecem pressupor uma “natureza humana” dada desde sempre), é como se na *Dialética do esclarecimento* eles dessem o braço a torcer: já em Ulisses, personagem de Homero, estão presentes os mecanismos que se manifestariam no indivíduo contemporâneo, permitindo explicar tanto a sua resignação quanto a sua identificação com a autoridade forte de um líder político (fenômeno que eles buscavam entender na época, pensando não apenas no nazifascismo, mas também no stalinismo e até no comportamento americano frente à indústria cultural).

É claro que a nossa autora, já tendo caracterizado a filosofia de Nietzsche como o “momento negativo do pensamento dialético” (p. 89), procura matizar a presença de Nietzsche na obra de 1944, apontando tanto elementos que a aproximam dele como outros que a distanciam. Embora, por exemplo, as inspirações nietzschianas da *Genealogia da moral* sejam “apropriadas para a análise dos estratagemas de Ulisses ao dominar a natureza, ou, dito de outro modo, sobreviver às potências míticas” (p. 169), numa ilustração de como já atuava aí a racionalidade que dominaria a história do Ocidente, a dupla de teóricos críticos diverge com isso do próprio Nietzsche, pois este via em Homero, ou na epopeia em geral, um estágio intermediário entre a fase mítica do pensamento e a efetiva consolidação dessa racionalidade corrosiva, que se daria apenas em Sócrates (p. 154). Trata-se aí de uma diferença sutil, é verdade, mas que justamente por isso ilustra bem o caráter rigoroso e preciso do trabalho de Simone Fernandes, que, nos inúmeros textos trabalhados (a quantidade é digna de nota), não deixa escapar um detalhe que seja no intuito de fornecer a melhor caracterização possível de seu objeto de estudo.

Essa é a impressão que tem o seu leitor quando, na última sessão do segundo capítulo, consegue compreender com facilidade o repasse desse complexo percurso, percorrido em meio a temas e textos tão difíceis quanto a *Dialética do esclarecimento*, e se sente já em casa ao ver reafirmada a ambiguidade com que Horkheimer recepiona Nietzsche, o fato de que “sua filosofia é apropriada e inserida em um quadro teórico à revelia das intenções deste filósofo, tendo em vista as contradições entre o sentido da busca pela emancipação na filosofia de Nietzsche e na teoria crítica” (p. 206). Pois ele “se opunha à ideia normativa de justiça como resquício de uma moral de rebanho, ao passo que a teoria crítica seguia em busca da realização dos ideais de igualdade, liberdade e justiça, em uma sociedade sem classes” (idem). Em que pese o caráter involuntariamente utópico desta busca, sobretudo se contrastado ao realismo da leitura nietzschiana da história, que acabamos de ver presente - talvez a contragosto dos autores - na *Dialética do esclarecimento*, a comparação é pertinente e - acrescentemos - válida até hoje, pois, ao passo que a teoria crítica

segue perseguindo os seus ideais (até aqui sem grande sucesso), há filósofos de estirpe nietzschiana que teimam em ver (até aqui com algum sucesso) a dominação como constitutiva das relações humanas.

Seja como for, vale notar agora como Fernandes, depois de realizar o trabalho ao mesmo tempo minucioso e criativo de que falamos acima, arrisca-se a dar alguns passos mais largos em suas “Considerações finais”, colocando Horkheimer (inclusive no que diz respeito à sua obra tardia) em diálogo com outros intérpretes e autores da teoria crítica. Além de passar pela polêmica em torno da apropriação da obra de Nietzsche pelos nazistas, que alguns teóricos marxistas consideravam plausível, inclusive internamente ao Instituto de Pesquisa Social, mas que Fernandes (acompanhando Horkheimer) mostra ser claramente implausível (p. 213), ela vai também à fase tardia de seu filósofo (anos 1950 e 1960) para mostrar que, mesmo deixando de tematizar explicitamente a filosofia nietzschiana, o que veio dela se mantém pressuposto nas novas obras (p. 241), ainda que com força talvez menor na última década, quando prevalecem os temas teológicos e a figura de Schopenhauer (que a autora afirma ter sido desde o princípio uma presença constante no pensamento horkheimeriano) (p. 242).

Mas é na última seção do livro que Fernandes vai mais longe nesse espírito de ousadia que ela se permite adotar, com toda razão, depois de ter cumprido com grande competência o objetivo principal do livro e, justamente por isso, estar agora ancorada num sólido conhecimento de Horkheimer e do Nietzsche que leu através dele (e não só através dele). Ela pode abordar agora mais diretamente, por exemplo, a superficialidade e os equívocos de Lukács não apenas na leitura de Nietzsche, que considera o pior dos irracionalistas modernos (categoria que aplica igualmente a Schelling, Kierkegaard e tantos outros) (p. 251), mas também na crítica que faz a Horkheimer e Adorno, que, além do pecado de recorrer à filosofia nietzschiana, teriam adotado “um conformismo disfarçado de não conformismo” depois da guerra (p. 252). As críticas de Habermas a Horkheimer e Adorno também são agora tematizadas de maneira mais franca, restando nítido (por tudo o que se mostrou ao longo de *Subjetividade e dominação*) tanto o equívoco de minimizar a participação do primeiro na elaboração da *Dialética do esclarecimento* quanto o de condenar a presença nietzschiana nesta obra, considerada por Habermas uma “contradição performativa” (o batido selo que costuma carimbar em seus adversários teóricos) (p. 253).

Sob a influência de Habermas, muitos autores mais recentes, direta ou indiretamente ligados ao campo da teoria crítica, manteriam essa visão negativa a respeito da obra coautoral de 1944 e dariam pouca importância ao trabalho de

Horkheimer - seriam os casos, por exemplo, de Seyla Benhabib, Norbert Rath e Stefan Breuer (pp. 255-256). De outro lado, porém, começaram a aparecer vozes críticas em relação à posição habermasiana, seja no sentido mostrar as boas razões que levaram os autores a apropriar-se de Nietzsche na *Dialética do esclarecimento*, seja no sentido de resgatar a importância de Horkheimer não apenas como mentor e coautor do livro, mas como um filósofo de grande envergadura que não pode mais ser colocado à sombra de Adorno - seriam os casos, para ficar em apenas alguns dos nomes citados por Fernandes (aos quais ela vem agora somar-se), de Karin Bauer, Amy Allen e John Abromeit (pp. 257-259).

Entre os muitos méritos de Simone Fernandes em *Subjetividade e dominação*, como resultado de seu extenso, minucioso e certeiro trabalho de análise bibliográfica, bem como de sua firme tomada de posição “em favor de sua originalidade e contra seu ofuscamento” (p. 270), aqui está talvez o maior deles, inclusive pelo seu ineditismo entre nós: convidar o leitor brasileiro a visitar ou revisitar a obra de Horkheimer (da qual faz parte a *Dialética do esclarecimento* em seu todo), *desarmado dos preconceitos que se avolumaram em torno dela*.

Referências

Nietzsche, F. (1983). *Obras incompletas*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. Coleção “Os pensadores”. São Paulo: Abril Cultural.

Recebido em: 28.03.2023

Aceito em: 06.06.2023

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

